

RECURSO ESPECIAL Nº 1.853.678 - SC (2019/0374191-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : JOÃO CARLOS HINGST NETO
ADVOGADOS : DALTO EDUARDO DOS SANTOS - SC025126
TATIANA DOS SANTOS RUSSI - SC029738
EMERSON DOS SANTOS JÚNIOR - SC055062
RECORRIDO : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : LUIZ TRINDADE CASSETTARI - SC002794
RAMON CASSETTARI - SC028703

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DO AUTOR. SUSCITADA OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR INDENIZATÓRIO. INVIABILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL DE PROPORCIONALIDADE ENTRE A INDENIZAÇÃO E O GRAU DE INVALIDEZ. VALIDADE DA CLÁUSULA LIMITATIVA. DEVER DA ESTIPULANTE DE INFORMAR AO SEGURADO AS COBERTURAS CONTRATADAS. ÔNUS NÃO IMPUTÁVEL À SEGURADORA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Incumbe à estipulante o dever de informar ao segurado a abrangência das coberturas securitárias contratadas com empresa seguradora. Logo, a alegação exordial de falta de cientificação das condições gerais e de cláusulas limitativas não impede sua aplicação nos termos contratuais, especialmente diante da possibilidade de limitação dos riscos, nos termos do art. 757 do CC/2002.

A parte recorrente indicou dissídio jurisprudencial, afirmando ser da seguradora a responsabilidade por prestar o devido dever de informação ao beneficiário do seguro de saúde em grupo.

Sem razão, contudo. O julgado recorrido, ao firmar seu entendimento, o fez com base na regra do art. 801, § 1º, do Código Civil, art. 21 do Decreto-Lei n. 73/1966, art. 1º e 3º, da Resolução n. 107/2004 do Conselho Nacional de Seguros privados, enquanto os acórdão indicados como paradigmas (como se deduz do cotejo analítico realizado pelo recorrente) não versaram sobre tais questões, circunstância que afasta a indispensável semelhança entre as teses confrontadas.

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, os julgados do STJ indicados pelo recorrente não conheceram do tema do dever de informação em face da incidência das Súmulas n. 5 e 7/STJ, o que, obviamente, constitui obstáculo à caracterização do dissídio jurisprudencial.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora